

O USO DE AGROTÓXICOS: REPERCUSSÕES NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ

Cleide Maria Fernandes Bezerra

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Formação Pedagógica na Área da Saúde pela Fiocruz, Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará e Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).
cleidecefetr@yahoo.com.br

Regina Heloísa Mattei de Oliveira Maciel

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Applied Psychology Ergonomics - University Of Wales Institute Of Science And Technology (1981) e doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1991). Atualmente é professora titular da Universidade de Fortaleza e professora da Universidade Estadual do Ceará.
rhmaciel@fortalnet.com.br

RESUMO

O estudo dos males causados pelas atividades ocupacionais, em especial a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho, tem despertado crescente atenção de pesquisadores interessados em procurar as principais causas do elevado número de casos notificados e até sub-notificados de intoxicações, ocasionando uma possível invalidez dos trabalhadores. O presente trabalho objetivou conhecer de maneira global as atividades laborais rurais com agrotóxicos, bem como as principais causas envolvidas no processo da utilização indiscriminada de tais produtos nas plantações de hortaliças. Entre as conclusões constatou-se que um dos grandes fatores responsáveis pela atual situação vivenciada no campo deve-se à política agrícola vigente e à atitude desesperada dos trabalhadores de salvar a lavoura de pragas e doenças, visando a sua subsistência e de suas famílias. Trabalhos na direção aqui proposta podem fazer emergir novos elementos da realidade, possibilitando outros referenciais que possam colaborar e subsidiar políticas agrícolas mais efetivas e culturalmente adequadas.

PALAVRAS - CHAVE

Agrotóxicos. Saúde Pública. Políticas Agrícolas.

ABSTRACT

The study of the males caused by the occupational activities, in special the contamination by toxic substances in the environment of work, has awoke growing attention of researchers interested in find the main causes of the elevated number of cases notified and to sub-notified of intoxications, causing a possible one invalidity of the workers. The present work has the objective to know the rural labour activities with agrototoxic, as well as the main causes involved in the process from the indiscriminate utilization of such products in the plantations of vegetable. Among the findings that an of the big responsible factors by the present situation lived in the field, must itself to the indifference from the political agricultural one in force, inexistence of incentives to natural products less harmful, absence of fiscalization and of the rigorous control to the use of such products. Works toward here proposed may emerge new elements from the reality, enabling others references that may collaborate and subsidize agricultural politics more effective and culturally adequate.

KEYWORDS

Agrotoxicos. Public Health. Agricultural Politics.

RESUMEN

El estudio de los males que causan las actividades ocupacionales, especialmente la contaminación por sustancias tóxicas en el ambiente laboral, está despertando una creciente atención por parte de investigadores interesados por buscar las principales causas del elevado número de casos notificados y aun subnotificados de intoxicaciones, que llevan a una posible minusvalidez de los trabajadores. El presente trabajo objetivó conocer de manera global las actividades laborales con agrotóxicos, así como las principales causas que están involucradas en el proceso de utilización indiscriminada de dichos productos en las plantaciones de hortalizas. Entre las conclusiones se constató que uno de los grandes factores responsables por la situación que se vive en el campo se debe a la política agrícola vigente y la actitud desesperada de los trabajadores para salvar la labranza de plagas y enfermedades, ya que tienen en cuenta ahí su subsistencia y la de sus familias. Trabajos con la mirada que se toma aquí pueden hacer que emerjan nuevos elementos de la realidad, y también hacen posibles otras referencias que puedan colaborar y subsidiar políticas agrícolas más efectivas y culturalmente adecuadas.

PALABRAS - CLAVE

Agrotoxicos. Publicano de healt. Política agrícola

INTRODUÇÃO

Agrotóxicos, defensivos agrícolas, praguicidas, pesticidas, venenos e até biocidas são as várias denominações dadas às substâncias químicas, naturais ou sintéticas, destinadas a matar, controlar ou combater, de algum modo, as pragas que assolam as plantações ou as moradias.

A primeira descoberta de substâncias pesticidas ocorreu no final do século

passado (1874), quando o cientista Othmar Zeidler sintetizou o Organoclorado (DDT). As pesquisas continuaram e, em 1914, surgiu como arma de guerra, na Bélgica, o Gás Mostarda. Esse composto provocava efeitos de cegueira temporária e queimava os pulmões, tendo sido usado contra o exército inimigo pelos alemães. Por seus efeitos danosos ao meio ambiente, o composto teve seu uso proibido no mundo a partir de 1926, porém continuaram as pesquisas em torno do produto e, em 1939, Paul Müller descobriu as propriedades inseticidas do DDT, recebendo o Prêmio Nobel de Química (PINHEIRO et al., 1998).

Na década de 70, na guerra do Vietnã, os compostos NL8 e NL14, perigosos venenos, foram jogados sobre as florestas daquele país, em um décimo de sua superfície, em várias pulverizações, num total de 40 milhões de litros. Esse fato representou um prejuízo irreparável para aquele país, pois seus efeitos produziram deformações genéticas em crianças cujos pais receberam pulverizações, além da contaminação do solo e das florestas. Muitas pessoas morreram e no final da década, as populações vietnamita e americana fizeram vários protestos que forçaram o governo americano a suspender o programa de pulverizações. O estoque restante deu origem às pesquisas destinadas a adequar o produto à agricultura do Terceiro Mundo (SOUSA, 1994).

A utilização ou entrada dos agrotóxicos no Brasil teve início nos anos 40 com a importação e os incentivos do governo ao comércio. Até então o uso de agrotóxicos era quase inexistente (PINHEIRO et al., 1998).

Em 1955, com o projeto Brasil Industrial de Juscelino Kubitschek que faria o país “crescer 50 anos em 5”, a entrada dos venenos no Brasil se tornou um aliado do governo na implantação de sua política agrícola. A partir desta decisão teve início a corrida agrotóxica no país e cada plano agrícola era motivo suficiente para utilizar em escala crescente, sem controle, esses compostos (GRAZIANO NETO, 1982).

Paralelamente ao grande volume de praguicidas colocados à disposição da agricultura brasileira, não houve uma preocupação em capacitar o homem do campo para a utilização desses produtos nem protegê-lo, o que o fez ficar à margem do programa de desenvolvimento econômico. O descompasso entre a velocidade de introdução no mercado desses produtos e a capacidade técnica de prover os meios de segurança para seu uso têm sido um grave problema, até mesmo pela ausência de monitoramento ambiental e de vigilância à saúde (ARAÚJO et al., 2000).

O trabalhador rural enfrenta as más condições de trabalho e os riscos ocupacionais. Um risco constante ao qual o trabalhador está sujeito diariamente são os produtos químicos usados na lavoura. O uso indiscriminado desses produtos é

um dos principais responsáveis pelo elevado número de intoxicações e óbitos que ocorrem no Estado (SOUSA, 1994).

A utilização de agrotóxicos nas produções agrícolas acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, sendo responsável por graves conseqüências aos seres humanos, tanto para os que lidam diretamente com o produto – trabalhadores rurais e industriais – quanto à população em geral, consumidora dos alimentos. O seu uso abusivo é de natureza complexa e envolve aspectos biossociais, políticos, econômicos e sócio-ambientais.

Os custos sociais e ambientais decorrentes do uso de praguicidas não são internalizados na produção, isso significa que resta ao poder público o dano ambiental e da saúde e o custo com a reparação, que, certamente, não têm sido realizados, potencializando o ciclo de crescente destruição dos ecossistemas e de comprometimento da qualidade de vida do ser humano (ARAÚJO et al., 2000).

De acordo com estimativas do Ministério da Saúde, para cada evento de intoxicação por agrotóxico notificado, há outros 50 não notificados, o que elevaria o número da contaminação/ano para 365.300 casos. Os números impressionam, principalmente quando se considera a forte pressão exercida pela indústria internacional, responsável pela produção e distribuição de agrotóxicos, sobre o mercado consumidor brasileiro. Tal fato, aliado às dificuldades na assistência do homem do campo por parte do poder público, ajuda a estabelecer uma situação de risco extremo à saúde desses trabalhadores (PERES, 1999).

Há consenso quando se fala na questão da agricultura familiar em que trabalhadores rurais assalariados, sem direitos trabalhistas, recebem remuneração freqüentemente mais baixa do que outras categorias profissionais e, em alguns casos, os trabalhos são limitados a certas estações do ano, agravando as condições econômicas dos trabalhadores e seus familiares. Em contrapartida, o proprietário, geralmente, não dispendo de condições estruturais e financeiras, é obrigado a pagar um “salário de fome” aos trabalhadores, que é, realmente, insuficiente para atender as necessidades alimentares do trabalhador e de sua família. Não há como o sistema trabalhista exigir que se cumpra a legislação dentro dos seus trâmites legais, se não há estrutura operacional no setor agrícola vigente.

Portanto, considera-se necessária a realização de pesquisas que visem aprofundar as informações sobre os agrotóxicos, com dados que possam ser divulgados a todos os segmentos da sociedade, de forma acessível. Esclarecimentos e orientações sobre os riscos e os cuidados necessários ao contato e ao trabalho com agrotóxicos devem ser difundidos em todos os níveis, sendo direito do trabalhador saber de tais riscos. Além disso, a indústria fabricante destes produtos deve se posicionar de forma responsável e assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das

pessoas que manipulam essas substâncias.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender de maneira global as atividades laborais rurais com agrotóxicos na 13ª Microrregional de Saúde do Estado do Ceará. Alguns objetivos mais específicos são relacionados a seguir: entender os principais fatores que levam ao uso desordenado de agrotóxicos na região estudada; verificar o conhecimento dos trabalhadores quanto ao risco para a saúde que representa o uso indevido de agrotóxicos; identificar que tipo de orientação os trabalhadores recebem para lidar com agrotóxicos e outras substâncias perigosas no campo e a sensibilização destes quanto ao uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) durante a manipulação desses produtos; identificar quais as principais repercussões ocorridas na saúde dos trabalhadores, decorrentes da manipulação dos agrotóxicos.

METODOLOGIA

Pela própria natureza do objeto, o estudo sugeriu para o seu desenvolvimento a adoção de metodologia qualitativa, procurando uma abordagem que englobasse os aspectos estruturais do fenômeno, ou seja, o uso de agrotóxicos, e a visão dos sujeitos sobre as diferentes inter-relações entre o uso das referidas substâncias e as outras instâncias socioeconômicas. Utilizou-se para o levantamento de dados entrevistas semi-estruturadas. A observação nos locais de trabalho também foi adotada como técnica, visando à obtenção de informações que não são obtidas por meio de perguntas.

O estudo se desenvolveu no Nordeste do Brasil, na Região da Ibiapaba (RI), localizada no Noroeste do Estado do Ceará. A RI localiza-se a 350 km de sua capital Fortaleza e está a 775 km de altitude em relação ao nível do mar. Essa região possui 251.449 habitantes e inclui os municípios de Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte e Croata.

RESULTADOS

“Contradições do cotidiano brasileiro: natureza pródiga e terras férteis, mas vida curta pra quem nelas trabalha”. (AGROTÓXICOS, 1997).

As entrevistas foram categorizadas e codificadas e, juntamente ao conteúdo das observações analisadas consoante a proposição de Bardin (1979). Foi utilizado o caminho de pensamento da análise de conteúdo definido por este autor:

É um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens.

Os principais resultados demonstraram que os trabalhadores não dispõem de acompanhamento técnico-agrícola que os oriente quanto ao uso de produtos agrotóxicos na lavoura, e que sua utilização acontece de maneira indiscriminada. Há desconhecimento quanto ao uso e conseqüências nocivas de tais produtos, utilizando-se até mesmo produtos já banidos do mercado e que oferecem grande risco para a saúde dos trabalhadores e da população. Entre as conclusões constatou-se que um dos grandes fatores responsáveis pela atual situação vivenciada no campo deve-se à política agrícola vigente e à atitude desesperada dos trabalhadores de salvar a lavoura de pragas e doenças, visando a sua subsistência e de suas famílias. Trabalhos na direção aqui proposta podem fazer emergir novos elementos da realidade, possibilitando outros referenciais que possam colaborar e subsidiar políticas agrícolas mais efetivas e culturalmente adequadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a problemática tem raízes muito mais profundas do que o simples manuseio e aplicação dos produtos de forma incorreta, ou seja, envolve grandes interesses políticos e econômicos, tornando-se, pois, um problema crônico, com pouco ou nenhum interesse dos responsáveis na reversão da atual realidade.

Ficou bastante evidente que há dependência perigosa dos trabalhadores desses produtos, altamente tóxicos, e que há uma concepção, já arraigada, de que o uso de agrotóxicos garante a produção, proporcionando, então, ao agricultor, a venda assegurada de seus produtos.

Por inexistirem orientações técnicas especializadas aos pequenos agricultores, que são a maioria, sobre fatores de riscos e conseqüências do combate às pragas, estes trabalhadores é que sofrem as conseqüências diretas da inadequação tecnológica disponível para a produção agrícola.

No que diz respeito ao uso de agrotóxicos, utilizam os mais tóxicos, por serem mais baratos e com maior espectro de ação, com baixa qualidade técnica de aplicação e, conseqüentemente, grande exposição.

Sua utilização em larga escala é responsável por um grande número de mortes e doenças dos trabalhadores, além das conseqüências ao meio ambiente e do agravo às condições de saúde da população consumidora dos alimentos.

O problema econômico, a ganância desenfreada das multinacionais de agrotóxicos, dos comerciantes e vendedores que estimulam a expectativa do con-

sumidor por produtos cada vez mais caros e nocivos ao meio ambiente; a omissão do governo e de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização de alimentos e pelo controle do uso indiscriminado de agrotóxicos; a ausência de incentivos à pesquisa por métodos naturais de combate a pragas e doenças na lavoura; a falta de assistência técnica e de incentivos financeiros ao pequeno agricultor são provavelmente os grandes responsáveis pela contaminação humana e ambiental comumente observados.

Enquanto a política agrícola não beneficiar adequadamente o pequeno produtor, enfatizando não apenas a produção, mas também a saúde do trabalhador, dificilmente a prevalência de acidentes de trabalho na zona rural poderá ser reduzida, assim como também a contaminação de produtos consumidos pela população.

Em favor dessa observação é que se defende o acesso às informações sobre os efeitos dos agrotóxicos, a todos os segmentos da sociedade. Isto, pelo fato de os efeitos adversos totais do uso de agrotóxicos serem maiores do que a soma dos efeitos individuais dos mesmos ou, até mesmo, por serem qualitativamente diferentes do que a singularidade dos efeitos de cada um.

Os resultados obtidos, bem como os crescentes alertas sobre os problemas ambientais, evidenciam que ainda há um imenso caminho, não só a ser percorrido, como também, a ser desvendado. Diante das muitas descobertas, das dúvidas, da indignação pela indiferença ao problema e dos resultados, tem-se certeza de que é preciso continuar, persistir, tentar e acima de tudo, colaborar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGROTÓXICOS: a morte silenciosa. **Revista do CONFEA**, ano 2, n. 2, 1997.
- ARAÚJO, A. C. P.; AUGUSTO, L. G. S.; TELLES, D. L. A questão dos praguicidas na agricultura e a situação no Estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Toxicologia**, v. 13, n. 1, p. 25-30, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- GRAZIANO NETO, F. **Uso de agrotóxicos e receituário agrônomo**. São Paulo: Agroedições, 1982.
- PERES, F. Os desafios da educação ambiental e em saúde para a saúde pública no limiar do milênio. In: MATA, S.F. **Educação ambiental, desafio do século: um apelo ético**. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio; 1999.
- PINHEIRO, S; NASR, N.Y.; LUZ, D. **Agricultura ecológica e a máfia dos**

agrotóxicos no Brasil. Rio de Janeiro: Assessoria, 1998.

SOUSA, W. F. **O uso de agrotóxicos e suas conseqüências para o trabalhador rural.** 1994. Monografia (Especialização em Enfermagem do Trabalho) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.